



ALDO DE SÁ BRITO SOUZA NETO

FILIAÇÃO: Therezinha Barros Câmara de Souza e Aldo Leão de Souza

DATA E LOCAL DE NASCIMENTO: 20/1/1951, Rio de Janeiro (RJ)

ATUAÇÃO PROFISSIONAL: estudante

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA: Ação Libertadora Nacional (ALN)

DATA E LOCAL DE MORTE: 7/1/1971, Belo Horizonte (MG)

BIOGRAFIA¹

Aldo de Sá Brito Souza Neto nasceu no Rio de Janeiro, sendo, após a morte de sua mãe, criado pela sua avó, Mercedes Barros Câmara. Completou seus estudos no mesmo estado, fazendo o antigo curso ginasial no Colégio Santo Inácio e concluindo o científico no Colégio Mallet Soares. Iniciou a militância política na Ação Libertadora Nacional (ALN) aos 17 anos e chegou ao comando regional da organização. Morreu aos 19 anos de idade, em ação perpetrada por agentes do Estado.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 23 de abril de 1996, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Aldo de Sá Brito Souza Neto. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Seu nome foi atribuído a uma rua no bairro da Lagoa, na cidade de Belo Horizonte, em homenagem a sua militância política.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE²

Aldo de Sá Brito Souza Neto morreu após, no dia 6 de janeiro de 1971, ser preso por agentes do DOI-CODI de Belo Horizonte

(MG) enquanto realizava uma ação armada em uma agência do Banco Nacional de Minas Gerais. Tal fato se deu no contexto das negociações entre militares e militantes, quando do sequestro do embaixador suíço no Brasil, em 7 dezembro de 1970. Essa prisão foi, portanto, usada como um grande trunfo dos órgãos da repressão contra as organizações de esquerda envolvidas no episódio.

Diferentes versões sobre a sua morte foram noticiadas e envoltas pela contrainformação da repressão. A primeira foi publicada pelo jornal *Estado de Minas* do dia 8 de janeiro de 1971, que noticiou o assalto informando que ele teria sido realizado por cinco pessoas, todos militantes da ALN, registrando a prisão de duas, a morte de uma e a fuga de outras duas. Ainda segundo a mesma reportagem os nomes dos militantes presos foram mantidos em sigilo “em benefício das investigações”. A despeito disso, afirmou que o morto seria Fernando Araújo Bacelar e que ele havia caído do terceiro andar de um prédio ao fugir. Na queda, havia fraturado a bacia, sendo levado, em seguida, ao Hospital Militar, onde teria chegado quase inconsciente e dizendo-se chamar-se Haroldo, morrendo logo depois. Ademais, alguns jornais publicaram a notícia da sua prisão apresentando a foto de outra pessoa.

A outra versão sobre a morte de Aldo apareceu logo no dia seguinte, em 9 de janeiro

de 1971. As manchetes dos jornais informaram a prisão, apontando que ela teria ocorrido durante investida da polícia ao “aparelho” onde estariam militantes da ALN. Em entrevista à imprensa, o delegado do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), Renato Divani Aragão, buscando justificar a prisão, afirmou que Aldo era um “homem forte da ALN” e que estava sendo interrogado naquele instante, não autorizando o seu registro por parte da imprensa. A narrativa oficial sobre o caso tentou transmitir a informação de que uma importante liderança da ALN estava presa, referindo-se a Aldo e, simultaneamente, a Fernando Araújo Bacelar como duas pessoas diferentes, quando, na verdade, tratava-se da mesma pessoa. Para complementar a história elaborada para ocultar a sua morte, durante a declaração prestada à imprensa afirmou-se que todos os órgãos da repressão de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo estavam a postos à espera de uma possível tentativa de libertar Aldo por parte de seus companheiros da ALN.

Com a libertação dos 70 presos políticos em troca do embaixador suíço, já no dia 14, os jornais voltaram a discutir o caso. Em nota, o CODI/MG tentou reforçar uma das falsas versões, ao apontar que o militante que havia morrido ao tentar fugir da perseguição policial teria se jogado do terceiro andar de um prédio. Por semelhante modo, indicou que apenas naquele dia o corpo da vítima havia sido reconhecido, tanto pelos órgãos de segurança, quanto pela família, como sendo de Aldo. Para incrementar a narrativa, a nota destacava que outro militante, preso na mesma ocasião, teria tentado dificultar a ação policial ao se identificar como Aldo, informando que ele seria processado e transferido para o Rio de Janeiro, a pedido das autoridades de segurança.

Já na edição do jornal *Estado de Minas* de 14 de janeiro foram apresentadas explicações acerca das informações propositalmente confusas sobre a prisão e morte de Aldo. Segundo a mesma matéria, os órgãos

de segurança sabiam que ele já estava morto e teriam noticiado que ele ainda estava preso, como uma estratégia para intimidar seus companheiros de militância e, assim, obter mais informações sobre o sequestro do embaixador suíço. Para compor esse embuste, o corpo de Aldo de Sá Brito Souza Neto foi identificado com o nome de outra pessoa.

O exame necroscópico, produzido pelo Instituto Médico Legal no dia 7 de janeiro, confirma a falsa versão de que Aldo morreria ao tentar fugir do cerco policial. Por sua vez, discordando desse laudo, a certidão de óbito, assinada por um médico que não participou da necropsia, aponta que Aldo teria morrido no Hospital Militar por “fratura do crânio com hemorragia cerebral”.

A avó de Aldo, Mercedes, assim que soube da prisão do neto, dirigiu-se para Belo Horizonte. Com a colaboração de seu primo, o cardeal do Rio de Janeiro dom Jayme de Barros Câmara, apresentou-se ao Arcebispo de Belo Horizonte, dom João Resende Costa, que indicou o bispo auxiliar, dom Serafim, para acompanhá-la até o DOPS/MG. Neste órgão, foi informada de que seu neto havia sido levado para a cidade de Juiz de Fora e que em dois dias voltaria a Belo Horizonte, quando, então, poderia vê-lo. Contudo, quando estava no aeroporto, leu nos jornais a notícia da morte de Aldo. Em seguida, foi levada ao necrotério, mas o corpo que lhe apresentaram não era o dele. Dois dias depois, retornou àquela cidade junto com o pai de Aldo, momento em que confirmaram que ele estava morto.

Duas testemunhas de sua prisão, Marcos Nonato da Fonseca e Manoel José Nunes Mendes de Abreu, também desconstruíram a versão de que Aldo teria morrido no momento da prisão. Tais testemunhas foram assassinadas posteriormente, mas, na época, explicaram que eles estavam fugindo da perseguição realizada pelos órgãos da repressão quando Aldo, ao buscar pular de um prédio para outro, acabou preso e morto no dia se-

guinte. Ao cair, machucou as pernas, não conseguindo mais fugir, sendo pego e levado para o DOPS onde foi interrogado sob tortura. Além destes, em 1971, o preso político Paulo Henrique Oliveira da Rocha Lins, durante audiência na Justiça Militar, da Segunda Auditoria da Marinha, também afirmou que a morte de Aldo fora provocada pela polícia de Minas Gerais. Outros presos políticos à época dos fatos apontaram, em depoimentos, que os responsáveis pelo assassinato de Aldo foram o tenente Marcelo Paixão, do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), o capitão Pedro Ivo e o delegado Renato Aragão.

Em concordância com a causa de morte registrada na certidão de óbito, a família apresentou registros de que Aldo fora morto com a utilização do instrumento de tortura chamado “coroa de cristo”, que consiste numa fita de aço que aos poucos comprime o crânio. Embora não haja fotos de seu corpo, a família afirma que, ao ver o corpo, foi possível constatar o afundamento desta região.

A prova decisiva que desconstrói a versão falsa da morte é um documento localizado no Arquivo Nacional, produzido pela Agência Belo Horizonte do Serviço Nacional de Informações (SNI). Neste, há a confirmação de que órgãos de segurança forjaram as circunstâncias da morte de Aldo. Seu nome foi utilizado na tentativa de captura de outros militantes da ALN. Para tanto, segundo o registro, tais agências realizaram uma troca de corpos no Instituto de Medicina Social para impossibilitar o seu reconhecimento, além de divulgar a informação de que ele estaria preso e sendo interrogado.

Os jornais de 15 de janeiro noticiaram que o traslado dos seus restos mortais para o Rio de Janeiro foi realizado com o acompanhamento de um inspetor do DOPS/MG e de um coronel. Os agentes da repressão deram uma ordem de que a família não poderia fazer

velório. Apenas foi permitido abrir o caixão no cemitério, para rápido reconhecimento. Em uma cerimônia restrita, o tio-avô de Aldo, dom Jayme de Barros Câmara, cardeal do Rio de Janeiro, celebrou uma missa em sua memória.

Aldo foi enterrado no Cemitério da Guanabara.

LOCAL DE MORTE

Hospital Militar, localizado na avenida do Contorno, nº 2.787, em Belo Horizonte, MG.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. CADEIA DE COMANDO DO(S) ÓRGÃO(S) ENVOLVIDO(S) NA MORTE

1.1. DOI-CODI DA 4ª REGIÃO MILITAR

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Beckmann Geisel

Comandante do I Exército: general de Exército Syseno Ramos Sarmento

Comandante da 4ª Região Militar: n/i

Chefe do DOI-CODI do I Exército: n/i

1.2. DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL (DOPS-MG)

Governador do Estado de Minas Gerais: Israel Pinheiro

Secretário de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais: coronel Edmundo Adolfo Murgel

Delegado chefe do Departamento de Ordem Política e Social: David Hazan

1.3. POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS

Governador do Estado de Minas Gerais: Israel Pinheiro

Secretário de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais: coronel Edmundo Adolpho Murgel

Comandante da Polícia Militar de Minas Gerais: coronel José Ortega

2. AUTORIA DE GRAVES VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

NOME	ÓRGÃO	FUNÇÃO	CONDUTA PRATICADA PELO AGENTE	LOCAL DA GRAVE VIOLAÇÃO	FONTE DOCUMENTAL/TESTEMUNHAL SOBRE A AUTORIA
Tenente Marcelo Paixão.	Centro de Preparação de Oficiais da Reserva - CPOR	Tenente.	Participou na tortura e morte de Aldo de Sá Brito Souza.	Hospital Militar de Belo Horizonte.	BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. <i>Direito à memória e à verdade: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos</i> . Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007, p. 142.
Capitão Pedro Ivo.	PM/MG.	Capitão.	Participou na tortura e morte de Aldo de Sá Brito Souza.	Hospital Militar de Belo Horizonte.	BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. <i>Direito à memória e à verdade: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos</i> . Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007, p. 142.
Renato Divani Aragão.	DOPS/MG.	Delegado.	Participou na tortura e morte de Aldo de Sá Brito Souza.	Hospital Militar de Belo Horizonte.	BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. <i>Direito à memória e à verdade: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos</i> . Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007, p. 142.
Neyde Teixeira.	Departamento de Medicina Legal/MG.	Médico-legista.	Produção de laudo de exame necroscópico falso, escondendo indícios de tortura.	Departamento de Medicina Legal/MG.	Exame necroscópico, Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0004_0003, pp. 51-52.
Vera Lúcia Junqueira.	Departamento de Medicina Legal/MG.	Médico-legista.	Produção de laudo de exame necroscópico falso, escondendo indícios de tortura.	Departamento de Medicina Legal/MG.	Exame necroscópico, Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0004_0003, pp. 51-52.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. DOCUMENTOS QUE ELUCIDAM CIRCUNSTÂNCIAS DA MORTE

IDENTIFICAÇÃO DA FONTE DOCUMENTAL	TÍTULO E DATA DO DOCUMENTO	ÓRGÃO PRODUTOR DO DOCUMENTO	INFORMAÇÕES RELEVANTES
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0004_0003, p. 53.	Certidão de óbito, 7/1/1971.	N/C.	Certidão divulgada pelo Brasil Nunca Mais assinada pelo médico Djezzar Gonçalves Leite, que não participou da necropsia.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0004_0003, pp. 51-52.	Exame necroscópico, 7/1/1971.	Departamento de Medicina Legal.	Laudo divulgado pelo Brasil Nunca Mais assinado por Dr ^a . Neyde Teixeira e Dr ^a Vera Lúcia Junqueira Monteiro de Barros que foi registrado com o nome falso de Antônio de Araújo Barcelos e que ignora os indícios de tortura no corpo.

IDENTIFICAÇÃO DA FONTE DOCUMENTAL	TÍTULO E DATA DO DOCUMENTO	ÓRGÃO PRODUTOR DO DOCUMENTO	INFORMAÇÕES RELEVANTES
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0004_0003, p. 55.	Certidão de óbito, 25/1/1971.	Registro Civil.	Registro civil do óbito de Aldo feito por seu pai em 13 de janeiro em que há registro do seu local de sepultamento e das circunstâncias de morte registradas na primeira certidão de óbito.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0004_0003, p. 31.	Matéria de jornal: “Delegado afirma que a polícia não deu tiros na Floresta”, de 9/1/1971.	<i>Diário da Tarde.</i>	Apresenta a versão oficial de que quem se jogou do 3º andar de um prédio, ao fugir de perseguição policial, foi Fernando Barcelos, que teria morrido, em seguida, e de que Aldo foi um dos furtivos que conseguiram escapar.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0004_0003, p. 33.	Matéria de jornal: “DOPS de Belo Horizonte prende um dos sequestradores de Bucher”, de 9/1/1971.	<i>O Globo.</i>	Notícia a prisão de Aldo pelo DOPS-MG.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0004_0003, p. 34.	Matéria de jornal: “Polícia faz 32 prisões e tem esquema contra resgate de Aldo”, de 10/1/1971.	<i>Estado de Minas.</i>	Reproduz a farsa montada pelas forças de segurança quanto à prisão e morte de Aldo ao afirmar que as polícias de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo estavam de prontidão para qualquer tentativa da ALN em libertá-lo, apesar de saber-se que ele já estava morto.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0004_0003, p. 36.	Matéria de jornal: “Ninguém quer o corpo do terrorista”, de 10/1/1971.	<i>Estado de Minas</i>	Informa que “Fernando Araújo Bacelar” poderá ser enterrado como indigente caso ninguém reclame seu corpo. Confirmou-se, posteriormente, que Fernando era, na verdade, Aldo e que a história se tratava da narrativa oficial criada pelos agentes da repressão para ocultar sua morte.
Arquivo Nacional, SNIG: ABH_ACE_7186_82, pp. 3-6.	Informação nº 008/ABH/SNI/71, de 11/1/1971.	Serviço Nacional de Informações (SNI).	Apresenta a versão oficial de que Aldo teria morrido ao tentar pular de um prédio fugindo da polícia. Além disso, confirma a farsa montada pelos aparatos de segurança ao afirmar que o nome de Aldo foi usado para tentar capturar outros militantes e que, para isso, houve uma troca de corpos no Instituto de Medicina Social para evitar o seu reconhecimento, e repassada publicamente à informação de que estaria preso e sendo interrogado.
Projeto <i>Brasil: nunca mais</i> digital: Pasta BNM_022, p.138-139.	Auto de reconhecimento de cadáver, de 13/1/1971.	Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).	Reconhecimento do corpo de Aldo por seu pai.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0004_0003, p. 37.	Matéria de jornal: “Terrorista morto é Aldo Sá Brito”. Informação do CODI, de 14/1/1971.	<i>Estado de Minas.</i>	Apresenta a nota produzida pelo CODI e também destaca a coletiva de imprensa onde foi confirmado que quem morreu ao tentar fugir à perseguição policial ocorrida após o assalto ao Banco Nacional de Minas Gerais, era Aldo. Além disso, aponta, embora somente dias depois do fato, que os órgãos de segurança sabiam que Aldo estava morto e que se tratava de uma estratégia de intimidação de seus companheiros e uma tentativa de buscar informações sobre o embaixador suíço.

IDENTIFICAÇÃO DA FONTE DOCUMENTAL	TÍTULO E DATA DO DOCUMENTO	ÓRGÃO PRODUTOR DO DOCUMENTO	INFORMAÇÕES RELEVANTES
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0004_0003, p. 38.	Matéria de jornal: “Aldo é o terrorista que pulou e morreu”, de 14/1/1971.	<i>Diário da Tarde.</i>	Apresenta a nota produzida pelo CODI e também destaca a coletiva de imprensa onde foi confirmado que quem morreu ao tentar fugir a perseguição policial ocorrida após o assalto ao Banco Nacional de Minas Gerais era Aldo. Aponta também a sequência das ações e da construção da narrativa oficial sobre o caso.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0004_0003, p. 39.	Matéria de jornal: “Aldo Sá Brito não foi preso: estava morto no IML”, sem data especificada.	<i>O Globo.</i>	Apresenta a nota produzida pelo CODI e também destaca a coletiva de imprensa onde foi confirmado que quem morreu ao tentar fugir a perseguição policial ocorrida após o assalto ao Banco Nacional de Minas Gerais era Aldo.
Projeto <i>Brasil: nunca mais</i> digital: Pasta BNM_022, pp. 434-436	Remete certidão, 14/4/1971.	Departamento de Medicina Legal.	Resposta à 3ª Auditoria do Exército encaminhando laudo de necropsia. Neste documento, o responsável pelo Departamento de Medicina Legal afirma que o nome aparece grafado de forma diferente, pois trata-se de “cidadão de falsa identidade”, indicando que ele foi reconhecido, inicialmente, por “João Paulo Santana”, de acordo com a guia nº 186/71 do DOPS. Ressalta também, sem esclarecer os motivos, que este mesmo órgão o denominou como “Fernando de Araújo Barcelos”.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0004_0003, p. 42.	Matéria de jornal: “Corpo de Aldo já está no Rio com sua família”, de 15/1/1971.	<i>Estado de Minas.</i>	Aponta o recebimento do corpo de Aldo por seus familiares no Rio de Janeiro.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0004_0003, p. 58.	Fichário individual, de 25/2/1971.	Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).	Aponta que Aldo foi morto ao reagir à prisão e que era um condenado à pena de morte por assaltos a bancos.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0004_0003, p. 56.	Ficha, sem data especificada.	Centro de Informações da Marinha (Cenimar).	Apresenta a foto de Aldo e a observação de que usou um nome falso.
Arquivo Nacional, CISA: BR_AN_BSB_VAZ_054_0119, p. 1.	Informação nº 149, de 11/3/1971.	Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA).	Apresenta a versão de que Aldo teria se jogado de um prédio ao se ver encurralado pela polícia.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0004_0003, pp. 49-51.	Assentada – Qualificação e interrogatório, de 24/6/1971.	Segunda Auditoria de Marinha/1ª Circunscrição Judiciária Militar.	Interrogatório de Paulo Henrique de Oliveira da Rocha Lins, que aponta que Aldo foi morto nas dependências do DOPS.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0004_0003, p. 68.	Declaração, de 20/4/1996.	Carlos Eugênio Sarmento Coelho da Paz.	Carlos era membro da Coordenação Nacional da ALN e, à época dos fatos, soube, através de Marcos Nonato da Fonseca e Manoel José de Abreu, que foram presos ao escaparem ao cerco policial, que Aldo também foi preso e morto por tortura sendo utilizado para tal a técnica conhecida como “coroa de Cristo”.

2. FOTOGRAFIAS

Conjunto de fotografias de Aldo Sá Brito de Souza Neto, obtidas pela CNV junto ao jornal *O Globo*, registradas no arquivo da CNV, 00092.003299/2014-86.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Aldo de Sá Brito Souza Neto morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e responsabilização dos agentes envolvidos.

1 – Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0022_0001.

2 – *Ibid.*